Estado do Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2020. Secretaria de Comunicação

Diário Oficial do Município de Mangaratiba

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 • Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

D.O.M.

PREFEITURA
MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Ano XVI Edição Nº
1267



Atos da Prefeitura

AVISO

Tendo em vista o que determina o art. 34 § 1° da lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, tornamos público, por ato nesta data, que o Registro Cadastral da Prefeitura Municipal de Mangaratiba está permanentemente aberto para Registro Cadastral daqueles que estejam interessados em participar de licitações realizadas pela Administração Municipal.

A relação de Documentos juntamente com Formulário de Pedido de Registro Cadastral, encontra-se à disposição dos interessados no site www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/licitacoes no link Documentação ou na Comissão Permanente de Licitações - CPL - Setor de Cadastro, situada na Avenida Vereador Célio Lopes, n° 27, Centro, Mangaratiba, RJ, de segunda a sexta de 8h às 16h.

Mangaratiba, 29 de dezembro de 2020.
Luciano Messias dos Santos
Comissão Permanente de Registro Cadastral
Presidente

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5044/2020

OBJETO RESUMIDO: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa para a aquisição Contratação de empresa para aquisição de Material de Expediente para atendimento das necessidades dos Equipamentos Sociais e da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos desta Secretaria e seus Espaços Sociais conforme Termo de Referência Anexo I do Edital.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Valor Unitário.

DATA e HORA DA REALIZAÇÃO: 12 de JANEIRO de 2021, às 09:00 horas.

LOCAL: A sessão realizar-se-á no CEID- Centro de Educação de Interatividade Educacional, localizado na Rua: Coronel Moreira da Silva nº 232, Centro- Mangaratiba.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Os interessados em participar deste Pregão poderão examinar e adquirir o respectivo edital na Comissão Permanente de Licitação (CPL), nas dependências da Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, Av. Vereador Célio Lopes, 27 – Centro – Mangaratiba/RJ, de 10 às 16 horas e no site da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, Serviços/Licitações link: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/

EXECUTIVO

Prefeito
Alan Campos da Costa

Vice-Prefeito
Alcimar Moreira Carvalho

Chefe Geral de Gabinete
Jonathan Marins Aguiar

Secretário Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico e Relações Institucionais
Luiz Claudio de Souza Ribeiro (interina e cumulativamente)

Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia
Antônio Carlos Aniceto

Procurador Geral do Município
Adilson Câmara

Secretário Municipal de Administração
Jeferson Teixeira Terra

Secretário Municipal de Compras e Suprimentos
Marcio Sarguis Telhado

Controlador Geral do Município
Jaime Angelo Nonato Fusco

Secretário Municipal de Obras, Habitação e Urbanismo
Marcio Souza Gomes

Secretário Municipal de Serviços Públicos e Transportes
Jorge de Oliveira Fernandes

Secretário Municipal de Fazenda
Marcio Ferreira

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento
Luiz Claudio de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Paulo Henrique do Valle Santos

Secretária Municipal de Meio Ambiente
Antonio Marcos Barreto

Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Roberto César Oliveira

Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Eventos
Roberto Carlos de Assis Monsores

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito
Norberto Alexandre da Silva Marques Costa

Secretário Municipal de Ordem Pública
Norberto Alexandre da Silva Marques Costa (interina e cumulativamente)

Secretária Municipal de Saúde
Sandra Castelo Branco Gomes

Secretário Municipal de Defesa Civil
Eduardo Barbosa Carvalho

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Hamilton Lopes de Lima

Secretário Municipal de Comunicação
Roberto de Castilho Barbosa

Presidente do Instituto José Miguel
Adelaide Augusta Barcelos Langer Hagge

Presidente da Fundação Mário Peixoto
Jefferson Dias Ricardo

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Mangaratiba
Sidney Marcelo Filho

Presidente da Empresa Pública de Transportes de Mangaratiba

LEGISLATIVO

Presidente
Carlos Alberto Ferreira Graçano

Vice Presidente
Fernando Luiz Peixoto Freijanes

2° Secretário
Eduardo Ferreira Jordão

Vereadores:
Carlos Alberto Ferreira Graçano
Davi dos Santos Farias
Eduardo Ferreira Jordão
Emilson dos Santos Coelho
Fernando Luiz Peixoto Freijanes
Helder Rangel de Araújo
Humberto Costa
Nielson Kopke de Jesus
Renato José Pereira
Rodrigo Santos Bondim
Rogerio Jordes
Rômulo dos Santos Nogueira
Wladimir da Conceição Pereira

licitacoes . Dúvidas e esclarecimentos no email: cpl@mangaratiba.rj.gov.br e cpl.licitacaomangaratiba@gmail.com
CUSTO: O edital e seus anexos poderão ser adquiridos, mediante a entrega de uma resma de papel A4, no endereço acima conforme o disposto no item 3.2. do edital.

Mangaratiba-RJ, 28 de DEZEMBRO de 2020.
Elen Garcia Machado
Pregoeira
Port. 2071/2020.

PORTARIA Nº 2200 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear os membros da COMISSÃO GESTORA da lei Aldir Blanc no município de Mangaratiba, tendo composição partidária entre poder público e sociedade civil.

PODER PÚBLICO
Gildásio Miranda de Carmo – Matrícula: 316 – Fundação Mário Peixoto
Luciano José Heffner – Matrícula: 294 - Fundação Mário Peixoto
Maria Aparecida Angelo da Silva – Matrícula: 1491 – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos.

SOCIEDADE CIVIL
Rosana Corrêa Ferreira – RG: 09774531-9
Cassiano Ricardo Martani – RG: 1989104969
Letícia Schinaider Máximo de Souza – RG: 26850354-7

PORTARIA Nº 2201 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
HOMOLOGA:
O resultado preliminar do Edital 006 EDITAL Nº 006/2020 – MANGARATIBA – LEI ALDIR BLANC – CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA ATUAREM COMO PARECERISTAS PARA ANÁLISE TÉCNICA DE PROPOSTAS CULTURAIS SUBMETIDAS AO EDITAL MANGARATIBA – LEI ALDIR BLANC, cabendo recurso no prazo de 2 (dois) dias a partir dessa data, segue a lista de habilitados e inabilitados:

HABILITADOS		
CANDIDATOS	RG	PONTOS
Adriano Sampaio Evangelista	11096121-6	27
Iara Borges Caldwell	07378454-8	24
Renato de Oliveira Bondim	22185717-0	23
Lisane Machado Irala	26282065-7	21
INABILITADOS		
CANDIDATOS	RG	PENDÊNCIA
Daniel lemos Cerqueira	MG17795303	Art. 2, inciso 2.2
Rafael Silveira de Aguiar	2006010049614	Art. 2, inciso 2.2
Simone Veloso de Figueiredo Soares	11.514.612	Art. 2, inciso 2.2

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 21 de dezembro de 2020.
Alan Campos da Costa
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI COMPLEMENTAR N.º 054, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

"ALTERA A LEI N.º 28, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, ACERCA DA REGULAMENTAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, faço saber que a Câmara Municipal de Mangaratiba aprovou e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1.º O art. 112 da Lei n.º 28, de dezembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 112.....

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

.....

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei n.º 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

.....

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, "stands", quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4-.....

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram por meio de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5-.....

5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 - .....

6.06 - Aplicação de tatuagens, "piercings" e congêneres.

7 -.....

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

.....

11 - .....

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13-.....

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14-.....

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

15-.....

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

16-.....

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17-.....

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

.....

25-.....

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

3

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

.....

Art. 2.º O art. 112-A da Lei n.º 28, de 30 dezembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 112-A. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1.° do art. 112 desta Lei;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista do art. 112;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista do art. 112;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista do art. 112;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista do art. 112;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista do art. 112;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista do art. 112;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista do art. 112;

4

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

X – (VETADO)

XI – (VETADO)

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista do art. 112;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista do art. 112;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista do art. 112;

XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista do art. 112;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista do art. 112;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista do art. 112;

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista do art. 112;

XX – do estabelecimento do tomador da mão de obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista do art. 112;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista do art. 112;

XXII – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista do art. 112;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista do art. 112;

5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista do art. 112;

XXV - do domicílio do tomador do serviço do subitem 15.09 da lista do art. 112;

§ 1.° No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2.° No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista do art. 112, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3.° Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

§ 4.° Na hipótese de descumprimento do disposto no "caput" ou no § 1.°, ambos do art. 8.°-A desta Lei Complementar Federal n.º 116, de 31 de julho de 2003, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

§ 5.º Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos §§ 6.º a 12 deste artigo, considera-se tomador dos serviços referidos nos incisos XXIII, XXIV e XXV do "caput" deste artigo o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 6.º No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão.

6

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

§ 7.º Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no § 6.º deste artigo.

§ 8.º No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão.

§ 9.º O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por:

I - bandeiras;

II - credenciadoras; ou

III - emissoras de cartões de crédito e débito.

§ 10. No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o tomador é o cotista.

§ 11. No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado.

§ 12. No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País.

Art. 3.° Contribuinte é o prestador do serviço.

.....

IV - as pessoas referidas nos incisos II ou III do § 9.º do art. 2.º desta Lei Complementar, pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo parágrafo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 da lista do art. 112.

§4.º (REVOGADO)

7

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Art. 4.º O art. 145 da Lei n.º 28, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte §3.º:

Art. 145.....

§ 3.º A alíquota mínima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).”

§ 4.° O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.

§ 5.° É nula a lei ou o ato do Município que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 6.° A nulidade a que se refere o § 5.° deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, calculado sob a égide da lei nula.

Art. 5.º Fica revogado o item 3.06 do art. 112 da Lei n.º 28, de 30 de dezembro de 1994.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mangaratiba, 28 de dezembro de 2020.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

8

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 055, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera a LEI COMPLEMENTAR N.º 51 de 23 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a Estruturação da Administração Pública Municipal, nos termos do Art. 70, Parágrafo único, VI da Lei Orgânica de Mangaratiba e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

Capítulo I
Dos Órgãos Municipais

Artigo 1.º O Artigo 3.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A estrutura básica da Administração Pública Municipal Direta será composta pelos seguintes órgãos:"

Alínea	Nome dos Órgãos	Siglas Oficiais
a)	Gabinete do Prefeito	GP
b)	Gabinete do Vice-Prefeito	GVP
c)	Secretaria Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico, Relações Institucionais e Eventos	SMGDERIE
d)	Secretaria Municipal de Administração	SMA
e)	Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos	SMCS
f)	Procuradoria Geral do Município	PGM
g)	Controladoria Geral do Município	CGM
h)	Secretaria Municipal de Educação e Esportes e Lazer	SMEEL
i)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos	SMDSDH
j)	Secretaria Municipal de Fazenda	SMF
l)	Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento	SMFINP
m)	Secretaria Municipal de Ciência & Tecnologia	SMCTE
n)	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	SMOU
o)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos	SMSP

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

p)	Secretaria Municipal de Ordem Pública	SMOP
q)	Secretaria Municipal de Defesa Civil	SMDC
r)	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	SMTC
s)	Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito	SMST
t)	Secretaria Municipal de Saúde	SMS
u)	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	SMMA
v)	Secretaria Municipal de Habitação	SMH
x)	Secretaria Municipal de Comunicação	SMC
y)	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca	SMAP
z)	Secretaria Municipal de Transporte	SMT

***Parágrafo único**. A Administração Indireta do Poder Executivo do Município de Mangaratiba é regulada por leis próprias e composta pelas seguintes entidades:*

	Entidade	Sigla
1	Instituto José Miguel	IJM
2	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Mangaratiba	PREVI Mangaratiba
3	Fundação Mário Peixoto	FMP
4	Empresa Publica de Transportes de Mangaratiba	CONECTA

Artigo 2.º O artigo 53 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 53 Fica fixada a tabela de cargos comissionados, símbolos e valores dos de remuneração do Poder Executivo Municipal nos seguintes termos:

QUADRO GERAL DE CARGOS	QUANT.	SIMBOLOS	SALARIO C.C.
CARGOS REMUNERADOS POR MEIO DE SUBSÍDIO			
SECRETÁRIO MUNICIPAL	20	SM	SUBSIDIO FIXADO PELA CÂMARA MUNICIPAL PARA SECRETÁRIO MUNICIPAL
CHEFE GERAL DE GABINETE	1	SM	SUBSIDIO FIXADO PELA CÂMARA MUNICIPAL PARA SECRETÁRIO MUNICIPAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO	1	SM	SUBSIDIO FIXADO PELA CÂMARA MUNICIPAL PARA SECRETÁRIO MUNICIPAL
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO	1	SM	SUBSIDIO FIXADO PELA CÂMARA MUNICIPAL PARA SECRETÁRIO MUNICIPAL

CARGOS REMUNERADOS POR MEIO DE SALÁRIO			
SUBSECRETÁRIO	39	SMA	R$5.692,OO
PROCURADOR GERAL ADJUNTO DO MUNICÍPIO	1	SMA	R$5.692,OO
CONTROLADOR GERAL ADJUNTO DO MUNICÍPIO	1	SMA	R$5.692,OO
PROCURADOR ESPECIALIZADO	4	SMA	R$5.692,OO
ADMINISTRADOR DISTRITAL	6	ADMD	R$3.950,OO
SUPERINTENDENTE	73	ST	R$3.500,OO
DIRETOR GERAL DE ESCOLA DE GRANDE PORTE	7	DRT	R$2.900,00
DIRETOR GERAL DE ESCOLA DE MÉDIO PORTE	6	DRT	R$2.900,00
DIRETOR	89	DRT	R$2.900,00
COORDENADOR	300	CDR	R$1.980,00
DIRETOR ADJUNTO DE ESCOLA DE GRANDE PORTE	16	CDR	R$1.980,00
DIRETOR ADJUNTO DE ESCOLA DE MÉDIO PORTE	12	CDR	R$1.980,00
DIRETOR GERAL DE ESCOLA DE PEQUENO PORTE	12	ASSI	R$1.740,00
DIRETOR GERAL DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	7	ASSI	R$1.740,00
ASSESSOR I	230	ASSI	R$1.740,00

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

ASSESSOR II	800	ASSII	R$1.210,00
DIRETOR ADJUNTO DE ESCOLA DE PEQUENO PORTE	10	ASSII	R$1.210,00
DIRETOR ADJUNTO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	14	ASSII	R$1.210,00
ASSESSOR III	800	ASSIII	R$ 1.054,00
TOTAL DE CARGOS CRIADOS		2427	

Artigo 3.º Esta Lei entra em vigor na data da sua Publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 28 de dezembro de 2020.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

D.O.M. **Diário Oficial do Município de Mangaratiba**
29 de dezembro de 2020 - Ano XVI - Nº 1267

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

LEI COMPLEMENTAR N.º 056, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera a redação dada pela Lei Complementar N.º 01 de 2004 ao Artigo 363 da Lei N.º 28, de 30 de dezembro de 1994, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1.° O Artigo 363 da Lei N.º 28, de 30 de dezembro de 1994, que teve alterada a sua redação pela Lei Complementar N.º 01 de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 363 – Os valores fixados nesta lei, expressos em UFIMAN, unidade extinta por força de lei federal, ficam convertidos em reais com base no último valor daquela unidade fiscal, sendo atualizados em cada exercício por ato do Prefeito Municipal, com base na variação do IPCA-IBGE."

Art. 2.° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Mangaratiba, 28 de dezembro de 2020.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 4.404, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020

Fixa o índice de atualização para o exercício de 2021 dos valores de lançamentose cobranças de tributos quantificados em reais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais instituídas no art. 92 e inciso VII da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a Lei Complementar N.º 056, de 28 de dezembro de 2020, que altera a redação da Lei Complementar N.º 01 de 2004 ao art. 363 da Lei n° 28 de 30 de Dezembro de 1994 - Código Tributário Municipal, autoriza o Poder Executivo a atualizar anualmente os valores de Lançamento e Cobrança de tributos quantitativos em reais, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/ IBGE;

CONSIDERANDO que a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/ IBGEverificada no período de Outubro de 2019 a Outubro de 2020 foi de 3,92% (trêsinteiros e noventa e dois por cento).

DECRETA:

Art. 1.º Ficam atualizados em 3,92% (três inteiros e noventa e dois por cento) os valores de lançamento e cobrança de tributos quantificados em reais, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/ IBGE, ocorrida entre os meses de Outubro de 2019 a Outubro de 2020, na forma a Lei Complementar N.º 056, de 28 de dezembro de 2020, que altera a redação da Lei Complementar N.º 01 de 2004 ao art. 363 da Lei n° 28 de 30 de Dezembro de 1994 - Código Tributário Municipal.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Mangaratiba, 29 de dezembro de 2020.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 4.401 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais instituídas no art. 92, VII e no art. 107, I, alínea "d" da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o art. 05 da Lei nº. 1272/2019 - Lei Orçamentária Anual para 2020, que autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares nas hipóteses e limites que menciona:

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no orçamento vigente no valor de R$ 725.820,00 (Setecentos e vinte e cinco mil, oitocentos e vinte reais), em favor da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, decorrente da anulação parcial de dotações orçamentárias, de acordo com o quadro abaixo:

Codigo Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
03.01.04.122.0052.2016	3.3.90.39.99	110	R$ 75.000,00	
03.01.04.122.0052.2001	3.3.90.39.99	100	R$ 220,00	
06.01.12.361.0251.2058	3.3.90.30.99	110	R$ 14.600,00	
07.01.04.122.0052.2001	3.3.90.39.99	100	R$ 7.000,00	
09.01.28.843.0908.2029	4.6.90.71.00	100	R$ 210.000,00	
09.01.04.122.0052.2001	3.3.90.30.00	110	R$ 500,00	
09.01.04.122.0052.2001	4.4.90.52.00	110	R$ 17.500,00	
10.01.04.126.0057.2074	3.3.90.39.00	110	R$ 20.000,00	
11.01.15.451.0501.1006	4.4.90.51.00	110	R$ 300.000,00	
12.01.26.452.0902.2052	3.3.90.30.99	110	R$ 81.000,00	
09.01.11.331.0911.2030	3.3.90.92.00	100		R$ 220,00
12.01.15.452.0504.2050	3.3.90.39.99	110		R$ 725.600,00
TOTAL			**R$ 725.820,00**	**R$ 725.820,00**

Art. 2º - Fica alterado o Quadro Demonstrativo de Despesa, referente à Lei nº. 1272 de 18 de dezembro 2019, que institui a Lei Orçamentária Anual de 2020, para que passem a constar as devidas alterações.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Mangaratiba, 15 de dezembro de 2020.

Alan Campos da Costa
Prefeito

ERRATA DO DECRETO N.º 4.351, 28 de outubro de de 2020

Onde se lê:

DECRETO N.º 4.351, 06 de novembro de 2020

Leia-se:

DECRETO N.º 4.351, 28 de outubro de 2020

:

ERRATA DO DECRETO N.º 4.370, 30 de novembro de 2020

Onde se lê:

DECRETO N.º 4.370, 30 de novembro de 2020

Código Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
1201.26542.0902.2052	3390.3999	110	R$ 440,00	
2901.10302.0210.2025	3390.3009	110		R$ 440,00
TOTAL			R$ 440,00	R$ 440,00

Leia-se:

DECRETO N.º 4.370, 23 de novembro de 2020

Código Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
12.01.26.452.0902.2052	3.3.90.39.99	110	R$ 440,00	
29.01.10.302.0210.2025	3.3.90.30.09	110		R$ 440,00
TOTAL			R$ 440,00	R$ 440,00

ERRATA DO DECRETO N.º 4.395, de 16 de dezembro de 2020

Onde se lê:

DECRETO N.º 4.395, 16 de dezembro de 2020

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no orçamento vigente no valor de R$ 68.400,00 (Sessenta e oito mil e quatrocentos reais), em favor da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, decorrente da anulação parcial de dotações orçamentárias, de acordo com o quadro abaixo:

Código Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
1801.04122.0059.2007	3.3.90.39.99	110	R$ 23.856,00	
1801.04122.0059.2006	3.3.90.30.09	110		R$ 23.856,00
TOTAL			R$ 23.856,00	R$ 23.856,00

Leia-se:

DECRETO N.º 4.395, 11 de dezembro de 2020

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no orçamento vigente no valor de R$ 23.856,00 (Vinte três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais), em favor da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, decorrente da anulação parcial de dotações orçamentárias, de acordo com o quadro abaixo:

Código Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
18.01.04.122.0059.2007	3.3.90.39.99	110	R$ 23.856,00	
18.01.04.122.0059.2006	3.3.90.39.99	110		R$ 23.856,00
TOTAL			R$ 23.856,00	R$ 23.856,00

ERRATA DO DECRETO N.º 4296, de 13 de agosto de 2020.

Onde se lê:

D E C R E T A:

Art. 1º.- Fica aberto crédito adicional suplementar, alterando o orçamento da Prefeitura Municipal de Mangaratiba e do Fundo Municipal de Saúde, no **valor de R$ 1.026.338,29 (Um Milhão vinte seis mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte nove centavos)**, de acordo com quadro abaixo:

	Descrição do Projeto/Atividade/Operações Especiais	**Natureza da despesa**	**Fonte**	**Anular**	**Suplementar**
Inciso I	29.01.10.302.0210.2.253	3.1.90.11.03	236		R$ 161.013,38
Inciso II	03.01.04.122.0052.2.015	3.1.90.11.03	235		R$ 875.691,95
			Total	**0,00**	**R$ 1.026.338,29**

Leia-se:

D E C R E T A:

Art. 1º.- Fica aberto crédito adicional suplementar, alterando o orçamento da Prefeitura Municipal de Mangaratiba e do Fundo Municipal de Saúde, no **valor de R$ 1.036.705,33 (Um Milhão trinta e seis mil, setecentos e cinco reais e trinta e três centavos)**, de acordo com quadro abaixo:

	Descrição do Projeto/Atividade/Operações Especiais	**Natureza da despesa**	**Fonte**	**Anular**	**Suplementar**
Inciso I	29.01.10.302.0210.2.253	3.1.90.11.03	236		R$ 161.013,38
Inciso II	03.01.04.122.0052.2.015	3.1.90.11.03	235		R$ 875.691,95
			Total	**0,00**	**R$ 1.036.705,33**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

PORTARIA SMST Nº 046, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020.

Considerando o descrito no Decreto Municipal nº 4.388 de 02 de dezembro de 2020, que atualiza as medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavirus (COVID-19) e dá outras providências, com missões específicas fundamentais âmbito das Secretaria de Segurança e Trânsito assim como de Ordem Pública;
Considerando o descrito na Lei Municipal nº 05 de 03 de maio de 1991, que institui o regime jurídico único do servidor de Mangaratiba;
Considerando que no período de 29 de dezembro de 2020 a 04 de janeiro de 2021, semana do Reveillon, a cidade de Mangaratiba, por ser turística, tende a receber um número muito grande de visitantes em hotéis, pousadas e transeuntes, assim como residentes diversos em imóveis;
Considerando a Supremacia do Interesse Público e o funcionamento dos serviços;

O Secretário de Segurança e Trânsito, que exerce as funções de Secretário de Ordem Pública interinamente, no uso das suas atribuições legais e constitucionais, **determina**:

Art. 1º - As faltas injustificadas ao serviço previamente escalado no período de 29 de dezembro de 2020 a 04 de janeiro de 2021, dada a importância da presença do Servidor lotados em ambas Secretarias, pelos motivos expostos, serão passíveis de punição administrativa de Suspensão de 20 a 30 dias, nos termos do Art. 147 da Lei 05/1991, observadas as atenuantes e agravantes de caráter pessoal.

Parágrafo Único – Na mesma penalidade administrativa ficará sujeito o servidor que se apresentar para o serviço com atraso injustificado superior a 1/3 da carga horária do dia de serviço, assim como aquele que se ausentar do serviço antes do seu horário de término sem a devida autorização do subsecretário da pasta.

Art. 2º - A concessão descrita no Art. 115, I da Lei 05/1991, para doação de sangue, somente será concedida com prévia autorização da administração sob responsabilidade dos subsecretários de cada pasta, para depois do dia 04 de janeiro de 2021.

Parágrafo Único - As concessões descritas no Art. 115, III, da Lei 05/1991, deverão ser avisadas ao subsecretário da pasta com antecedência mínima de 1 dia, para caso da alínea "a", e imediatamente para o caso da alínea "b", sob pena de incorrer em insubordinação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Mangaratiba, 28 de dezembro de 2020.

NORBERTO ALEXANDRE DA SILVA MARQUES COSTA
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.325 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI N.° 1.271/2019 QUE DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE ANTENAS DE TRANSMISSÃO DE RÁDIO, TELEVISÃO, TELEFONIA CELULAR, TELECOMUNICAÇÕES EM GERAL E OUTRAS ANTENAS TRANSMISSORAS DE RADIAÇÃO ELETROMAGNÉTICA, ESTAÇÕES RÁDIO BASE (ERBS) E EQUIPAMENTOS AFINS NO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA (RJ) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1.º Fica extinta na íntegra a Seção II e III da Lei n.° 1.217/2019.

Art. 2.º Altera a redação do CAPITULO VIII, Seção I, do Art. 20, que passa a ter a seguinte redação:

"Fica instituída a taxa de fiscalização para a expedição de licença de ocupação e uso do solo público para o funcionamento das antenas transmissoras de rádio, televisão, telefonia celular, telecomunicações em geral e outras antenas transmissoras de radiação eletromagnética na faixa das microondas, que estejam instaladas no município de Mangaratiba - RJ, ficando sujeitas às condições estabelecidas nesta lei e demais legislações pertinentes ao assunto vigentes no município, com base no artigo 77 do CTN e 145, II, CF/88."

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Mangaratiba, 28 de dezembro de 2020.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.326 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

Dá nova redação ao Art. 2.º da Lei n.º 1.275, de 23 de dezembro de 2019 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º O *caput* do Art. 2.º da Lei n.º 1.275, de 23 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 2.º** Os benefícios previstos no art. 1.º só poderão ser concedidos se o contribuinte, dentro do prazo improrrogável de **360 (trezentos e sessenta) dias**, a contar da data da publicação desta Lei, confessar expressamente serem devidos todos os créditos tributários dos quais derivavam as multas e juros previstos naquele artigo."*

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei n.º 1.283, de 28 de abril de 2020, e outras disposições em contrário.

Mangaratiba, 28 de dezembro de 2020.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Secretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Claud Bernard
Caio Vettorazzi

Edição e Revisão:
Isabele Mariano

Diagramação:
Claud Bernard Filho

Fotografia:
Jorge Alves Pereira

Impressão:
Secretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal